

**Entre o passado e o presente: a memória militar sobre golpe de 1964 nas páginas da *Revista do Clube Militar***

ANDRIELLY NATHARRY LEITE DA SILVA OLIVEIRA\*

*A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993:09)*

O presente artigo tem como objetivo discutir a constituição do discurso das Forças Armadas sobre o Golpe de 1964 e o subsequente período de governo militar (1964-1985), momento da história brasileira que provocou profundas feridas em sua sociedade. E, embora, transcorridos vinte e oito anos do fim da ditadura militar no Brasil, a obscuridade e o sentimento de impunidade que envolve esse momento da história faz com que tais feridas, ainda abertas, palpitem incessantemente naqueles que anseiam por um feixe de luz acerca do que aconteceu.

Tomamos como fonte de pesquisa a *Revista do Clube Militar: a casa da República*, revista fundada em 1926 e vinculada ao Clube Militar, instituição que agrega em seu corpo de associados oficiais da Marinha, Aeronáutica e Exército<sup>1</sup>, os quais majoritariamente são oficiais da reserva ou reformados<sup>2</sup>. A revista caracteriza-se como porta-voz de assembleias, palestras e discussões realizadas no âmbito do Clube Militar e tem como um de seus objetivos declarados, preservar a “memória militar”, além de:

*Atender àqueles interesses, congregando os militares das Forças Singulares no desejo de manter a dignidade e a respeitabilidade das Forças Armadas e participantes das grandes causas nacionais; a esta luta agregaram-se civis*

---

\* Discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, vinculada ao grupo de pesquisa *História, Poder e Catolicismo no Mundo Contemporâneo*, desenvolve pesquisa sobre a memória militar acerca do Golpe de 1964 e período de ditadura militar (1964-1985) sob orientação do Professor Dr. Cândido Moreira Rodrigues.

<sup>1</sup> A revista do Clube Militar circula em todo território nacional com acesso restrito aos oficiais das Forças Armadas associados ao Clube Militar até 2010, ano que edições da Revista passam a ser publicadas em versão digital no site do Clube Militar. No período que corresponde nossa pesquisa, entre Janeiro de 2001 a agosto de 2002 a tiragem da Revista era de 30.000 exemplares por edição, baixando para uma margem de 17.500 a 18.000 entre 2002 e 2008, e limitando-se a 14.000 entre 2008 e 2012.

<sup>2</sup> Embora o corpo de associados do Clube Militar seja restrito aos oficiais das Forças Armadas, a Revista do Clube Militar constantemente recebe contribuições de civis em seus artigos.

*que propugnam pelos mesmos ideais de manutenção da Democracia, da Soberania, da Unidade Nacional e do Patriotismo.*<sup>3</sup>

Para compreendermos, portanto, o quadro em se insere a preservação dessa “memória”, torna-se fundamental algumas considerações teóricas breves, acerca das concepções historiográficas sobre memória.

A memória, essencialmente aquela materializada em papéis – de quaisquer materiais – ou ainda aquelas gravadas nos monumentos, é há muito tempo objetos das narrativas históricas, e, até recentemente, formava para muitos um conjunto de provas irrefutáveis pela sua materialidade. Livres a questionamentos quanto aos interesses que envolvem sua produção, por exemplo. Mas, como salienta Peter Burke, a relação entre a memória (como reflexo do aconteceu na verdade) e a história (como reflexo da memória) torna-se a cada dia mais problemática, visto que:

*Nem as memórias nem as histórias parecem mais ser objetivas. Nos dois casos, os historiadores aprendem a levar em conta a seleção consciente ou inconsciente, a interpretação e a distorção. Nos dois casos, passam a ver o processo de seleção, interpretação e distorção como condicionado, ou pelo menos influenciado, por grupos sociais. Não é obra de indivíduos isolados. (BURKE, 2000:70)*

É, portanto, o que Peter Burke define como memória social, ou ainda, na denominação de Le Goff, “memória coletiva”, o objeto de estudo da História entre outras ciências humanas, e que além de ser um elemento essencial na formação da identidade individual ou coletiva, apresenta-se também como um instrumento e objeto de poder, permitindo compreender, tanto em sociedades de tradição oral como escrita, a “luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.” (LE GOFF, 1990:410).

É, sobretudo, observando as compreensões acerca do escorregadio caminho que envolve o estudo da memória histórica, aqui apresentadas, que pretendemos conduzir nossa pesquisa.

### **A Revista do Clube militar e o discurso de refundação da memória sobre o Golpe**

---

<sup>3</sup> Histórico da Revista do Clube Militar. Disponível em: < <http://clubemilitar.com.br/revista/>>. Acesso em: 15 de março de 2015.

O Golpe civil-militar de 1964 no Brasil está inserido em um contexto amplo, pois encontra suas raízes no cenário político mundial e, embora algumas variáveis sejam ainda nebulosas, seus contornos são definíveis.

Os estudos historiográficos demonstram que há um cenário mundial a partir do qual os acontecimentos no Brasil de 1964 ganham sentido. Sendo assim, a Guerra Fria se apresenta como importante neste campo, uma vez que, dividiu o mundo em duas zonas de influência ideológicas divergentes. De um lado o capitalismo, modelo econômico consolidado, cuja expressão máxima de sua potencialidade e idealização é os Estados Unidos da América (EUA), por sua vez, principal interessado em sua permanência como modelo econômico vigente. De outro lado, o comunismo soviético liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ganhava espaço no cenário mundial e ameaçava os interesses capitalistas.

O avanço do comunismo nas periferias terceiro-mundistas era uma preocupação constante para os EUA, que a partir da Revolução Cubana em 1959, volta suas atenções especialmente para a América Latina. Aprofundando-nos na situação particular da política brasileira nesse período, teremos elementos contundentes para entender como esse tênue equilíbrio entre interesses econômicos atuaram, de forma prática, para a formação do quadro político vivido no Brasil entre 1964 e 1985, e em outros países latino-americanos em períodos semelhantes.

Após a morte de Jânio Quadros em 1961, João Goulart é chamado a assumir o governo as pressas, contudo, sob forte vigilância de grupos políticos conservadores e das Forças Armadas, que temiam a “tendência socialista” do novo presidente e acreditavam ter intenções de implantar um governo comunista no Brasil. João Goulart optou pela estratégia do diálogo com a esquerda e a direita durante o governo, buscando a conciliação entre os grupos para garantir a realização de seus projetos, entre eles, as reformas de base, em especial a reforma agrária, grande bandeira levantada por Goulart. Sua estratégia de conciliação, contudo, conduziu-o a um isolamento político, pois “tanto os conservadores quanto as esquerdas escolheram como estratégia o confronto” (FERREIRA, 2011:375), somado aos seus insucessos em conseguir financiamentos no exterior para sanar a grave crise econômica que o Brasil enfrentava, os quais acabaram por gerar dúvidas quanto a sua capacidade administrativa.

Após uma série de acontecimentos – comício na Central do Brasil, o motim dos marinheiros no sindicato dos siderúrgicos, e o discurso do presidente na festa da Associação dos Sargentos no Automóvel Clube – que contribuíram para identificar uma movimentação em favor à esquerda por parte do presidente, aumentaram a resistência e as preocupações da direita, promovendo o crescimento e intensificação de círculos conspiratórios entre civis e militares que almejavam a deposição do presidente através de um Golpe de Estado, a fim de preservar a estrutura política e econômica vigente.

Do outro lado, entre os muros dos quartéis, as preocupações causadas pelo governo de João Goulart, foram apenas o estopim para uma intervenção direta, o que de certo modo não se configura, como um todo, em uma novidade na história da república brasileira, embora a permanência no poder o seja. Segundo Nilson Borges:

*Até 1964 o aparelho militar brasileiro se posicionou na condição arbitral-tutelar, isto é, com a ameaça em meio a uma crise institucional, os militares deixavam os quartéis e intervinham na ordem política para, logo em seguida, transferir o poder aos civis. Após o processo intervencionista, já com os civis na direção do Estado, as Forças Armadas abandonavam o papel de árbitros e transformavam-se em forças tutelares, estabelecendo o limite da ação civil. Porém, a partir de 1964, as Forças Armadas intervêm no processo político, sem, contudo, transferir o poder aos civis, agindo, nesse novo contexto, como atores dirigentes e hegemônicos. (BORGES, 2012:16)*

A justificativa para a permanência dos militares no poder encontra raízes na formação ideológica proporcionada pela Escola Superior de Guerra (ESG), que surge no Brasil em 1949 comandada pelo General Cordeiro de Farias, e subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas. O surgimento da ESG no Brasil deve-se a relações entre militares brasileiros e norte-americanos que se estabeleceram no final da Segunda Guerra Mundial por meio da participação da Força Expedicionária Brasileira em conflitos na Itália. A partir do intercâmbio que se estabelece e a disposição dos norte-americanos de enviar ao Brasil uma missão de assessoria, que os militares brasileiros entram em contato também com a Doutrina de Segurança Nacional, da qual a Escola Superior de Guerra torna-se o receptáculo e semeador<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Para aprofundar na temática ver: SANTOS, Everton Rodrigo. Ideologia e dominação no Brasil (1974-1989): um estudo sobre a Escola Superior de Guerra. *Soc. estado*. [online]. 2007, vol.22, n.1, pp. 153-185. ISSN 0102-6992.



Com o advento da guerra fria o conceito de segurança nacional, anteriormente isolacionista, passa a adquirir uma característica mais ampla de segurança coletiva ou hemisférica, utilizando-se da concepção formulada pela Doutrina Monroe em 1823, que é fundamentada pela Doutrina de Segurança Nacional com base na ameaça comunista internacional. De forma objetiva, Nilson Borges define a DSN como “a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais” (BORGES, 2012:24). O inimigo, portanto, não é uma nação, mas uma ideologia que ameaça aos interesses e princípios das Forças Armadas e grupos da sociedade civil e, que podem vir tanto do exterior, na forma de apoio e financiamento a grupos comunistas, quanto no interior da própria nação. É essa percepção da existência de um inimigo interno, encontrado em meio a sociedade, que justifica a máquina de repressão e a violência nas ditaduras militares na América Latina, como salienta Enrique Padrós:

*Em nome da DSN, da unidade nacional, do anticomunismo e, veladamente, dos interesses implícitos na “quinta liberdade”, o Estado se configurou como o macroinstrumento repressivo que, variando em grau de violência nos diversos países do Cone Sul, deixou, como marca comum, a supressão das instituições democráticas. (PADRÓS, 2008:15)*

Assim sendo, através da disseminação da ideia de um Estado em guerra contra o comunismo, as Forças Armadas encontram subterfúgio também para a legitimação do empreendimento a que se determina como missão irrefutável de tomar frente a máquina estatal, salvaguardando os valores políticos, econômicos, morais e sociais da “nação brasileira”. Os elementos simbólicos presente no discurso militar que legitima o golpe compre um papel de desacreditar a sociedade diante do poder estabelecido, de forma que não exista mais um reconhecimento com o mesmo, tornando-se, portanto, um caminho natural à busca por nova identificação, ou por novos sentimentos de solidariedade. Nesse momento, então, o imaginário mítico criado pela construção desses elementos cumpre duplo papel, “de reestruturação psíquica ao mesmo tempo que função de reinserção social” (GIRARDET, 1987:96).

De forma mais pontual, podemos acrescentar que a ameaça interna, identificada na sociedade civil, de propagação de ideologias “indesejadas” de forma que levassem a uma revolução comunista não estava restrita a esta, visto que, as Forças Armadas

também demonstravam preocupações com a identificação de ideais comunistas no interior da oficialidade desde a Intentona comunista em 1935.

Diante disto, alguns acontecimentos que envolveram as Forças Armadas, no ano em que antecedeu o golpe, merecem maior atenção, visto que, ferem diretamente valores primários da corporação, como disciplina e hierarquia. O acontecimento com os suboficiais da marinha, por exemplo, que tiveram a comemoração do 2º aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, proibida pelas autoridades da marinha, e em consequência organizaram um ato de protesto na sede do Sindicato dos Metalúrgicos. A ação foi desproporcionalmente repreendida pelas Forças Armadas e encontrou a simpatia dos grupos de esquerda, e também o amparo do Presidente João Goulart que determinou a anistia aos marinheiros.

*A anistia aos marinheiros e a Aragão atingiu profundamente a integralidade profissional das Forças Armadas. Todo o conjunto de ideias, crenças, valores, códigos comportamentais e a maneira como eles davam significado as instituições encontravam-se subvertidos (FERREIRA, 2011:389).*

Esse foi um acontecimento de grande proporção, mas não foi um caso isolado, já que os ventos conspiratórios dentro e fora dos quartéis sopravam tanto na direção da direita quanto da esquerda.

A ditadura militar no Brasil se estendeu de 1964 a 1985, e é importante compreendermos que esse período, ao contrário do que se imagina, não foi marcado por uma homogeneidade de interesses entre os militares que estavam no poder. Assim como observamos a presença de ideais de esquerda na suboficialidade, a própria direita dividiu-se em grupos de interesses diferentes. Tais grupos divergiam essencialmente no que diz respeito à sua continuidade no poder.

O processo de abertura, portanto, é algo pensado desde o momento em que se tem o golpe. Sabe-se que o primeiro presidente militar, Castelo Branco, não tinha planos de longevidade para o regime, como salienta Nilson Borges: “o general Castelo Branco estava convencido de que a “revolução” deveria ser uma intervenção transitória” (BORGES, 2012:22). Assim sendo, concebia o regime no modelo intervencionista tradicional militar, ou seja, reter o poder até o “reestabelecimento da ordem”, devolvendo-o em seguida aos civis. A reversão desse processo ocorre com a morte de

Castelo Branco em 1967 e a entrada do grupo “linha dura” no governo, acontecimento que ficou conhecido como “golpe dentro do golpe”.

O governo de Costa e Silva e Médici foram marcados, portanto, pelo endurecimento nos processos de repressão decorrente do combate a grupos de luta armada – movimentos de guerrilha urbana e rural – que naquele momento justificava a inviabilidade de devolução do poder aos civis.

Retoma-se a discussão sobre uma abertura política viabilizada pelo próprio governo apenas com o retorno dos castelistas ao poder em 1974, pelo presidente Ernesto Geisel. O projeto Geisel-Golbery previa uma abertura política lenta, gradual e segura, caracterizada mais como uma legalização do regime, que buscou eximir-se de dispositivos inconstitucionais como o Ato Institucional nº 5. O projeto de abertura apresentada pelo governo, portanto, “representava uma volta ao Estado de Direito, a reconstitucionalização do regime, mas não exatamente a redemocratização do país.” (SILVA, 2012:262).

Embora a abertura tenha ocorrido no tempo previsto pelo projeto Geisel-Golbery e tenha se configurado como uma transição compactuada entre governo e sociedade civil, existiram durante o processo pressões – externa e interna – cuja atuação foi de extrema relevância para a vitória da democracia.

Primeiramente, a crise econômica mundial gerada pelo aumento exorbitante do preço do petróleo pelos membros da Organização dos Países Exportadores do Petróleo (OPEP) em decorrência do apoio norte-americano a Israel na Guerra do Yom Kippur. A crise afetou de forma significativa a economia brasileira, fator que incorreu em uma série de deficiências financeiras que levaram a economia brasileira à insolvência, levando consigo a credibilidade do governo militar e o discurso do “milagre econômico”.

As insatisfações com o custo de vida, desigualdade social e a inflação progressiva impulsionaram como uma alavanca movimentos sociais há muito tempo insatisfeitos com o governo, além de uma forte conscientização e repúdio aos abusos cometidos contra os direitos civis e humanos durante o período de ditadura. Nesse contexto destacamos as greves dos metalúrgicos no ABC paulista, o engajamento social de grupos progressistas da Igreja Católica em zonas urbanas e rurais, somando a

movimentos de estudantes, professores, advogados, intelectuais como um todo, que também formavam uma grande massa de oposição que reivindicavam o fim do regime.

A campanha pela anistia também foi de extrema relevância nesse cenário, caracterizado como um movimento liberal, que como ressalta Bernardo Kucinski, “acabou se impondo como de grande autenticidade e potencial mobilizador, protagonista de primeira ordem na luta pela ampliação do espaço político.” (KUCINSKI, 2001:82). O movimento gerou a formação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), que se multiplicou por todo o país denunciando os desaparecimentos, torturas, condições dos presos políticos, violações dos direitos humanos, enfim, excessos cometidos pelo governo.

A insatisfação geral da população brasileira fez-se sentir também nas urnas. Em 1970 eram 48,4% dos votos para a Arena (Aliança Renovadora Nacional) contra apenas 21,3% para o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), nas eleições de 1974 o MDB sobe para 37,8%, enquanto a Arena desce o percentual para 40,9%. Em 1978, enquanto a Arena vive uma estabilidade nas urnas, persistindo na margem dos 40%, o MDB continua subindo, alcançando 39,3% dos votos (GRINBERG, 2004:147). De acordo com Bernardo Kucinski, essa mudança no comportamento do eleitorado brasileiro está essencialmente relacionada a mudanças no próprio perfil da sociedade, que até a década de 1970 era majoritariamente rural. O inchaço das cidades brasileiras na década de 1970 com trabalhadores rurais em busca de oportunidades de trabalho evidenciou carências básicas que o governo não possuía condições de sanar, somado a crise econômica que tornava a situação ainda mais complexa. Esse eleitorado insatisfeito busca as urnas como uma tentativa de reverter tal situação, comportamento que pode ser relacionado a concepção de Girardet acerca da perda de identificação com os princípios e a prática daqueles que exercem o poder, como salienta a seguir:

*Que o governado, quer seja súdito ou cidadão, deixa de reconhecer-se no sistema institucional com o qual se havia até então mais ou menos tacitamente identificado. O poder, os princípios sobre os quais repousa, as práticas que põe em ação, os homens que o exercem e que o encarnam são, doravante, sentidos como “outros”, fazem figura de inimigos ou de estrangeiros. (GIRARDET, 1987:89).*

Outro fator que corroborou de maneira contundente no processo brasileiro de reabertura política foi a mudança no direcionamento político norte-americano durante o



governo Carter, devido aos novos rumos que conduziam à Guerra Fria, expressado em firme campanha em prol da observância dos direitos humanos nos governos autoritários latino-americanos.

Observamos assim, uma série de elementos presentes no cenário de redemocratização do Brasil, sejam eles, institucionais, políticos, sociais ou econômicos, sendo inegável sua influência como um conjunto de condicionantes desse processo. Todos eles importantes componentes no processo de elaboração, pelos militares, de uma memória sobre o Golpe de 1964, bem como sobre os demais temas aqui estudados.

O período em que se circunscreve nossa pesquisa é marcado pela consolidação da democracia no país e evidencia o progressivo afastamento das Forças Armadas da esfera política, sua perda de força e influência, além da grande carga negativa que envolve a instituição, herdada pelas marcas dos vinte e um anos de ditadura militar. À vista disso, a utilização e ampliação de seus veículos de comunicação se constituem como uma forma de preservação da memória militar acerca de seus feitos e ainda, de certa forma, a manutenção de sua presença nas articulações políticas do país.

É de suma importância ter em mente que a constituição dessa memória utiliza-se da mesma sequência de imagens forjadas outrora, que afirmam uma visão da história recente do Brasil calcada em valores conservadores devedores de uma *cultura política autoritária*<sup>5</sup>. Isto posto, tomamos como referência para compreender cultura política a conceituação de Serge Berstein, que sustenta que:

*Ela é apenas um dos elementos da cultura de uma dada sociedade, o que diz respeito aos fenômenos políticos. Mas, ao mesmo tempo, revela um dos interesses mais importantes da história cultural, o de compreender as motivações dos actos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade. (BERSTEIN, 1998:363)*

---

<sup>5</sup> Tomamos como referência o conceito do cientista político Norberto Bobbio que concebe “cultura política” como “o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo com o objeto fenômenos políticos” (BOBBIO, 1998:306), e esta se torna autoritária a medida que adota como ideal o “regime autoritário conservador ou de ordem”, cujo, “o pensamento autoritário não se limita a defender uma organização hierárquica da sociedade política, mas faz desta organização o princípio político exclusivo para alcançar a ordem, que considera como bem supremo” (BOBBIO, 1998:95).

Um elemento muito forte presente no discurso militar sobre o golpe de 1964 é a utilização de certos conceitos para defini-lo de forma que amenize seu caráter de ruptura com uma ordem institucional democraticamente concebida. Sua objeção central em conceber a definição do episódio deferido em 1964 contra um governo democraticamente instituído como um *golpe de Estado*, por exemplo, e abrandá-lo com denominações como *movimento democrático* ou ainda, resignificar conceitos como o de *revolução*. Conforme demonstram Kalina Silva e Maciel Silva, a tentativa de reapropriação dos conceitos é justificada pelo fato de que:

*O golpe de Estado como conceito se aproxima de outros, como revolução: em comum, ambos se apresentam como rupturas bruscas da ordem institucional. Além disso, o objetivo dos dois é derrubar um governo e instituir outro, mas enquanto a revolução é uma modificação radical das estruturas econômicas e sociais, o golpe, em geral, é apenas a substituição pura e simples das elites no poder, quase sempre levado a cabo pelas chamadas elites orgânicas, ou seja, as elites inseridas no próprio Estado, como os burocratas e os militares. (SILVA; SILVA, 2006:175)*

Assim sendo, é frequente nos artigos da *Revista do Clube Militar* o apelo à identificação do Golpe de 1964 como sendo uma *revolução*. Identificamos também que a utilização do vocábulo frequentemente está associada a uma série de imagens e elementos simbólicos recorrentes – ameaça à democracia, implantação do comunismo, apoio popular, etc. – de forma a construir uma conjuntura favorável, ou mesmo, indispensável ao desenvolvimento da ação assim categorizada. Assim está exemplificado no fragmento a seguir, em que contrapõe o “antes” e “depois” do golpe, no qual é traçado um quadro comparativo entre as instituições consolidadas, vigência de uma “democracia” alcançada com o “apoio popular” contra a “incapacidade administrativa” do presidente e a “ameaça internacional do comunismo” em 1964.

*Hoje, temos instituições consolidadas, em 64, era o próprio Chefe do poder executivo que se encarregava de solapar o regime; hoje, temos a democracia funcionando normalmente; em 64, o comunismo internacional rondava o centro do poder; hoje, temos governantes dispondo de apoio popular; em 64, as Forças Armadas foram praticamente empurradas para a revolução pela sociedade brasileira. (REVISTA DO CLUBE MILITAR: A CASA DA REPÚBLICA, Jul 2010:31).*

No fragmento a seguir observa-se a mesma sequência alegórica do artigo anterior, ou seja, revolução – democracia – apoio popular, embora o artigo não faça menção explícita quanto à participação da sociedade civil no desfecho do golpe. Faz menção a um comprometimento com a mesma e ao conceber que o Exército Brasileiro tenha “ajudado”, colocando-o, assim, como colaborador ou coparticipante, supõe ter sido uma ação integrada entre civis e militares.

*Indissoluvelmente comprometido com o destino da sociedade que lhe deu origem, o Exército Brasileiro ajudou, de modo decisivo, a desencadear a revolução democrática de 31 de março de 1964. (REVISTA DO CLUBE MILITAR: A CASA DA REPÚBLICA, Abr 2002:17).*

Outro conceito frequentemente associado ao de “revolução” e igualmente deslocado de sua habitual significação, como nota-se nos artigos supracitados, ou também frequentemente acompanhando a palavra “movimento” – termo amplamente utilizado pelas Forças Armadas para designar o golpe de 1964 – é o de *democracia*. Como observamos na subsequente passagem, o golpe deflagrado em 1964 é denominado por “movimento democrático”, visto que o mesmo, de acordo com preceitos difundidos pela *Revista do Clube Militar* teve por objetivo a manutenção das instituições democráticas do país. Instituições essas, supostamente ameaçadas pelo movimento comunista internacional, o qual é identificado por conceber uma forma de governo totalitária.

*Homenagem ao Movimento Democrático de 31 de Março. Forças Democráticas Brasileiras, em histórica mobilização cívico-militar, impediram, patrioticamente, em 31 de março de 1964, a submissão do Brasil aos ditames totalitários do movimento comunista internacional. O memorável acontecimento permitiu a salvaguarda da democracia e a condução do País a um ciclo de extraordinário desenvolvimento. (REVISTA DO CLUBE MILITAR: A CASA DA REPÚBLICA, Maio 2002:28).*

Sendo assim, na acepção disposta acima, o que se entende por instituições democráticas, ou valores democráticos, não se relaciona diretamente a forma de representatividade política que, de forma sucinta, seria aquela forma de governo na qual os cidadãos através do voto escolhem diretamente seus governantes. A democracia, na forma que é concebida nos artigos da revista do Clube Militar, aparenta transcender o conceito político do termo, tornando-se a síntese de uma série de valores distorcidos

semanticamente e a ele agregados. Como observamos no excerto a seguir da *Revista do Clube Militar*, a democracia aparece como pertencente aos moldes do “movimento” e como portadora dos princípios “continuadores da história e cultura brasileira”.

*O Movimento de 31 de Março de 64 é um título bastante apropriado tanto à idéia de projeto futuro do Brasil, esboçado no período tenentista, quanto pela seleção da democracia como marco regulador da vida coletiva. Atende ao princípio “continuador” da nossa história de nossa cultura. (REVISTA DO CLUBE MILITAR: A CASA DA REPÚBLICA, Abr 2007:16).*

Pensarmos cultura, da forma aqui aferida pela *Revista do Clube Militar*, como cultura política simplesmente, implica conceber uma história política do Brasil movida por apenas uma orientação doutrinária.

Serge Berstein entende a cultura política como um conjunto coerente onde os elementos estão em relação uns com os outros, embora, suas componentes sejam diversas, o que possibilita uma visão dividida de mundo. Nesse sentido, entende-se que é a forma de absorção das representações que possibilita o caráter plural da cultura política, ou seja, uma nação pode abranger de forma concomitante várias culturas políticas que estão relacionadas aos valores partilhados entre os indivíduos. Valores que se constituem ao longo da vida através da família, escola, grupos que se relacionam no trabalho e outras atividades, exército, partidos políticos, entre outros, que se identificam a uma base filosófica ou doutrinária, uma leitura comum do passado histórico e uma concepção de sociedade ideal. Quando uma cultura política se mostra muito ampla, pode ser considerada como dominante.

Sob esse viés, compreende-se a cultura política como um fenômeno coletivo, que se adapta e evolui através de contribuições no decorrer das gerações, e que pode ser fundamental para a compreensão dos atos e suas motivações do homem em um dado momento da história. Tomando como referencial o pensamento de Berstein acerca da cultura política, podemos observar, que a relação estabelecida entre *democracia* e a *cultura brasileira* no trecho de artigo anteriormente citado, em ambos os casos os conceitos não se restringem ao campo do político. Da mesma forma na passagem a seguir, em que “os valores da sociedade democrática”, valores estes – nota-se a pluralização do termo –, que os brasileiros desejam preservar em contrapartida a uma minoria que visava a instalação de um regime socialista.



*Mostrou como a contra-revolução coroou a fase de confronto político-ideológico entre os brasileiros que desejavam preservar os valores da sociedade democrática e os que constituíam uma minoria, ativa e agressiva, que visava à instalação, no Brasil, de um regime marxista-leninista. (REVISTA DO CLUBE MILITAR: A CASA DA REPÚBLICA, Maio/Jun 2004:17).*

O termo contra-revolução, forjado sob a concepção de que a ação militar de 1964 objetivava impedir uma revolução socialista em andamento no país, eventualmente também é utilizado para denominar o Golpe de 1964 em artigos da *Revista do Clube Militar*, como observamos no artigo anterior, no qual é ressaltado a existência de um “confronto” político-ideológico na sociedade brasileira. Da mesma forma, no próximo fragmento, a utilização do termo para definir o golpe deflagrado em 1964 sob a justificativa de impedir a implantação de ideologias socialistas por um grupo que se auto-intitulavam “revolucionários do povo”, demonstrando, dessa forma, o porquê da utilização do termo pelos militares.

*A contra-revolução, assim é mais apropriado chamar o movimento político de 31 de março de 1964, foi deflagrada por militares e civis, sob clamor popular, para acabar com a anarquia política, a irresponsabilidade administrativa e impedir a implantação de ideologia estimulada por correntes socialistas estrangeiras e um grupelho de aventureiros ao seu serviço, que se auto-intitulavam “revolucionários do povo”. (REVISTA DO CLUBE MILITAR: A CASA DA REPÚBLICA, Mai/Jun/Jul 2008:34).*

A ideia de uma iminente revolução comunista no país, presente ainda no discurso produzido pela *Revista do Clube Militar* como subterfúgio para a legitimação do golpe, foi produzido e perpetuado no seio das Forças Armadas e disseminado por uma cultura de medo por toda a população décadas antes da ocorrência do Golpe. A conjuntura mundial de bipolaridade ideológica vivenciada no período de Guerra Fria pode ser apontada como causa das preocupações a esse respeito, mas é imprescindível recorrermos a episódios mais próximos e tangíveis à nossa realidade. Entre eles, a Intentona Comunista em 1935, pode ser considerada o ponto de irradiação dos temores das Forças Armadas com relação à subversão comunista na política nacional, bem como em seu próprio meio.



É, portanto, sob o abrigo dessa crença, de ameaça comunista, que é absorvida e aperfeiçoada pela Escola Superior de Guerra no Brasil a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), conceituada como “a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais” (BORGES, 2012:24). Essa concepção de estado de guerra (civil) disseminada pelas Forças Armadas é a ideologia que subsidia não apenas o Golpe, mas também as políticas autoritárias adotadas pelos governantes militares e a suposta razão da continuidade no poder durante vinte e um anos.

Não obstante as estratégias utilizadas pelas Forças Armadas, por meio da *Revista do Clube Militar*, para a criação e divulgação de uma memória acerca do Golpe, a mesma vem sendo desmistificada pela historiografia que, embora amordaçada durante o período de governo militar, possui agora condições melhores de produção do conhecimento histórico mesmo com a privação do acesso a documentos importantes do período em estudo. É salutar considerar que o estudo aqui realizado se enquadra em uma tentativa de esboçar os mecanismos que envolvem não apenas a constituição ou a propagação dessa “memória”, mas principalmente aqueles que propiciam sua adesão, a partir da reprodução de elementos simbólicos pré-estabelecidos, que contribuem para um discurso demagógico, constituído a partir da tentativa de manipulação da memória coletiva.

## REFERÊNCIAS

- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e Jean-François Sirinelli. *Pora uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1988. P. 349-363.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1 ed., 1998.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. A. Neves. **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P.13-42.
- BURKE, Peter. História como memória social. In: \_\_\_\_\_. **Variedades de história cultural**. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. P.67-91.
- FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: \_\_\_\_\_. **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática**. V.3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p.344-404.



GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRINBERG, Lucia. Uma memória política sobre a Arena: dos “revolucionários de primeira hora ao “partido do sim, senhor”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004..

KUCINSKI, Bernardo. *O Fim da Ditadura Militar: o colapso do “milagre econômico”; a volta aos quartéis; a luta pela democracia*. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a História).

LE GOFF, Jacques. Memória. In:\_\_\_\_\_. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. P. 366-420.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP. São Paulo, 1993. P. 07-29. .

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta M.; ARAÚJO, Maria P.; QUADRAT, S.V.. **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p.143-178.

RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV editora, 2003.

SILVA, Francisco C. Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil– 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. Neves (Orgs.) **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura**. V.4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.p.243-283.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

### Fontes

Revista do Clube Militar: a casa da República (2001-2012) / [www.clubemilitar.com.br](http://www.clubemilitar.com.br)